

PEQUENA PRODUÇÃO, ESTADO E CONFLITOS TERRITORIAIS: Reflexões Acerca das Comunidades Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e Baixio dos Oitis em Crato-CE

Mariana Barros Tavares¹
Felipe Álamo Matos de Oliveira²
Ana Roberta Duarte Piancó³

Resumo

O presente artigo objetiva investigar os impactos do Projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC) no município do Crato-CE, com enfoque em três comunidades tradicionais: Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e Baixio dos Oitis. Avaliamos os impactos das grandes obras hídricas, sob o olhar de Brito (2016) onde têm ampliado o contexto de conflitualidades da questão agrária brasileira. No caso do CAC, tem gerado uma sobreposição de conflitos, visto que, aqueles que sofriam apenas com falta de acesso a terra, quando do término das obras irão sofrer com a falta de água. Partimos, neste sentido, do pressuposto de que, o CAC, tem provocado acirramento de conflitos acerca da posse e acesso ao território para os camponeses, ficando evidenciado através da pesquisa e dos dados obtidos em campo, que a obra, ao contrário da justificativa do governo estadual, do CAC beneficiar as comunidades. Os camponeses dizem o contrário, serão impactados pela obra. Assim, podemos afirmar que o CAC está gerando mais impactos negativos do que positivos sobre as comunidades estudadas.

Palavras-chave: Camponeses, Estado, Desterritorialização.

Introdução

A região do Cariri Cearense, situada no sul do estado do Ceará, teve sua base de povoamento alicerçada nas atividades agrícolas por se tratar de um território com condições físicas e climáticas extremamente favoráveis para o desenvolvimento de tais atividades. O processo de modernização produtiva iniciado nesta região por volta da década de 60, século XX, alavancou uma mudança nas formas de produção, bem como, desvalorização das atividades agrícolas tradicionais.

Com isso, o espaço agrário cratense, localizado no território da região do Cariri Cearense e, tomado como recorte para os propósitos do nosso estudo no Distrito Baixio das Palmeiras, que engloba 12 comunidades tradicionais, dentre estas as três selecionadas para a realização da referida pesquisa: Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e Baixio dos Oitis, sofreram, assim como vem sofrendo em seus longos anos modificações no seu espaço,

¹ Universidade Regional do Cariri – URCA, marianabarros2011@live.com

² Universidade Regional do Cariri – URCA, f.geography@hotmail.com

³ Universidade Regional do Cariri – URCA, roberta.pianco@urca.com.br

alterando sua estrutura. Para compreender (no plano teórico e prático) o que essas comunidades vêm passando, o estudo das grandes obras hídricas recai como uma importante referência de análise, visto que estão sendo impactadas pelo projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC), considerada a maior obra hídrica do estado.

Neste sentido, torna-se primordial, verificar as modificações ocorridas nos espaços das comunidades, partindo inicialmente do campo de análise da situação fundiária local, o uso da terra, as relações nelas estabelecidas, as apropriações e desapropriações feitas, a luta pelo acesso a terra e água no Cariri Cearense.

Face a isto, e dos problemas ocasionados, em específico, aos vividos pelos camponeses e pequenos produtores de modo geral, e, particularmente, por assentados de pequenas propriedades rurais, repletos de distorções e dificuldades de se reproduzirem cotidianamente em virtude das implicações dos processos de expansão e territorialização do capital no campo. Emergem alguns questionamentos para os quais, através da pesquisa já em andamento nas três comunidades descritas, propusemos buscar respostas.

Dentre os objetivos propostos, destacamos como mote central investigar os impactos do Projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC) sobre as comunidades pesquisadas. Ademais, buscamos também verificar como se caracteriza a condição dos camponeses em relação à terra e à água, bem como, conhecer as políticas públicas acessadas nas comunidades voltadas para produção agrícola e melhoria da qualidade de vida dos camponeses.

Para a construção do trabalho, realizamos, com base em Gil (2009), pesquisa de cunho bibliográfico e documental de acordo com a classificação dos procedimentos técnicos utilizados e pesquisa de campo, aonde entrevistamos líderes das comunidades pesquisadas e aplicamos questionários com produtores atingidos diretamente e/ou indiretamente pelo CAC, obtendo dados qualitativos e quantitativos, visando responder os nossos objetivos. Por meio da aplicação dos questionários, buscamos compreender a relação do camponês com a terra, o seu processo de organização e comercialização da produção, assim como, a sua opinião quanto ao CAC.

Para compreendermos no plano teórico e prático os reflexos do que se passa nas comunidades, como aporte de consulta, citamos Fernandes (2001) para compreensão do conceito de desterritorialização, Lima (2005) e Brito (2016) para entender os impactos provocados por grandes obras e dos conflitos por terra e água por estas ocasionados, Nobre (2015) para conhecer como se deu o processo de formação das comunidades, Oliveira (1997)

para compreensão da noção de camponês, Elias (2013) para entender a dinâmica e expansão da economia agropecuária globalizada, entre outros autores.

O presente artigo encontra-se estruturado em três partes. No caso do primeiro tópico, procuramos entender como as grandes obras hídricas impactam o território. Já no segundo tópico nos preocupamos em dar continuidade à discussão, realizando inicialmente uma apresentação do projeto Cinturão das Águas sobre a ótica do estado, e em seguida, a partir dos grupos sociais atingidos. Neste sentido, destacaremos o que o CAC vem provocando nas comunidades, contrapondo o discurso do Estado feitos através dos documentos e falas dos seus representantes oficiais e o que experienciam grupos atingidos quando do início da implementação da obra, desde a licitação para estudo de viabilidade na localidade, as negociações para desapropriação, dentre outros aspectos a serem observados.

Por fim, fizemos uma caracterização do que e como vivenciam as famílias camponesas do Baixio do Muquém, das Palmeiras e dos Oitis.

Ponderações Acerca das Grandes Obras Hídricas

Discutir sobre os impactos das grandes obras hídricas, torna-se um assunto urgente e indispensável, uma vez que, tem ampliado o contexto de conflitualidades da questão agrária brasileira, fazendo com que comunidades camponesas e tradicionais historicamente já ameaçadas pelo latifúndio, enfrentem hoje, sobreposição de conflitos territoriais (BRITO, 2016). “A história recente do Brasil mostra que onde passou esses grandes empreendimentos não há espaço para pensar em agricultura familiar, em pluralidade cultural, em proteção ao meio ambiente, em agroecologia e em turismo sustentável”. (NOBRE, 2015, p. 445).

No caso da região do Cariri Cearense, esta realidade tem se verificado bastante preocupante e expressiva, visto que, aqueles que não sofriam com a falta de água e o acesso a ela, enfrentam hoje, com a implantação do CAC, um duplo problema: dificuldade de acesso à terra e à água, resultando em uma sobreposição e acentuação de conflitos.

Refletir sobre tais empreendimentos, nos leva a uma discussão ampla, ao passo que nos conduz a um caminho certo e necessário: avançar na produção de conhecimentos que nos possibilite outras formas/chaves de interpretações da realidade. Estudá-los a partir da ótica de um geógrafo, é reconhecer que no meio de tantos discursos e emaranhados, das empresas, da mídia, do estado, uma verdade se esconde, é camuflada: o que sofrem os atingidos pelas grandes obras hídricas. Todavia, para que esta verdade seja revelada, é preciso dar voz aos

sujeitos sociais impactados, aos invisibilizados pela mídia. E é uma das responsabilidades do geógrafo, digamos aqui, cumprir com esse dever.

De acordo com Brito (2016, p. 33),

A construção de grandes obras de integração regional – sejam elas ligadas, por exemplo, à comunicação, à produção, ao escoamento, à contenção dos corpos hídricos, à rede viária ou à ferroviária – expressam o desenvolvimento expansionista do capitalismo, ou seja, a expansão física e simbólica do sistema de produção racionalizada de valor de troca. Possibilitam, assim, formas de uso e de exploração da natureza e das pessoas para (re)produção de mais valia global e garantem usos racionalizados do espaço pelo capital.

Ao mesmo tempo em que o estado cria estes megaprojetos, favorecendo apenas um segmento da sociedade, ele também resguarda os antigos agentes como o latifúndio e fronteiras para o trajeto de pessoas, estes continuam atuando fielmente no Brasil. Muniz (2016, p. 210) aponta que “É assim que o território se evidencia como objeto de articulação, disputa e materialização das relações sociais de produção e trabalho, envolvendo diferentes agentes e engendrando novas formas de produção e produção do espaço [...]”.

Complementando a partir de Elias (2002, p. 15),

[...] Cada vez mais, a produção para o autoconsumo é substituída pela economia de mercado, em decorrência das demandas urbanas industriais, com vistas à produção de mercadorias padronizadas para o consumo de massa globalizado, aumentando a taxa de internacionalização da agropecuária brasileira, em cujo processo as multinacionais são os agentes mais poderosos.

Esta é uma realidade bem marcante dos megaprojetos, mas não somente, e implicam uma série de transformações físicas, econômicas e sociais nos territórios onde se instalam, alterando o modo de vida de muitas famílias e pessoas, assim como, a dinâmica dos lugares. As marcas, na maioria das vezes são irreversíveis, e seus impactos, começam antes mesmo de sua instalação ser decretada. A começar pelo psicológico das pessoas que, ao saberem que estão no meio do percurso do planejamento de uma obra, começam a sofrer antecipadamente com a preocupação de futuras perdas, para onde irão, e como irão ficar. O que dizer quando os processos já estão em prática, ou consolidados.

O que é importante saber, é que quase sempre esses empreendimentos são planejados não para fins públicos, para benefícios e uso da população como se observa nas justificativas das grandes firmas, corporações e do estado, mas, sim, para atender interesses políticos e de iniciativa privada. Assim, a artimanha para o estado implantar tais obras, é quase sempre a mesma, a de que são necessárias no combate à seca, quando na verdade, é para potencializar o

agrohidronegócio, trazendo uma série de prejuízos para a população, ao passo que articula lugares.

As irregularidades são alarmantes, e o desrespeito para com muitas famílias, as invasões que acontecem em suas propriedades e o descaso que sofrem, acontecem de forma indignante. São pela mídia e o sistema invisibilizados. Quase sempre a população não é consultada, sequer recebem informações prévias sobre a obra, pois quando não são fornecidas pelos responsáveis a mesma, são negadas pelos próprios representantes do estado. Um verdadeiro descaso. E negar informações ou a transparência destas de natureza pública, é crime perante a Lei de Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação da Constituição Federal, que obriga gestores públicos de qualquer esfera a fornecer informações a sociedade sob pena de punição.

Como descreve o Art. 1 do Capítulo 1 da referida Lei, esta dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no **inciso XXXIII do art. 5º** (que registra que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado), no **inciso II do § 3º do art. 37** (que expressa que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte, conforme o inciso II do § 3º do presente art.: o acesso dos usuários a registros administrativos e as informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII) e no **§ 2º do art. 216 da Constituição Federal** (que informa que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, no qual cabem, conforme está escrito no § 2º do aludido art.: à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem).

Diga-se de passagem, a mensagem é clara quando o Art. 5º do Capítulo 1 da Lei Nº 12.527 expressa que é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Todavia, o mesmo se mostra incoerente a cumprir com suas próprias obrigações, e subverte as leis quando estas atrapalham seus planos em benefício próprio e das empresas. Essa é uma triste realidade, onde só quem experiênciava isto, sabe como é sofrer com os descasos, perder bens (i) materiais e a dor de ser desterritorializado, visto que, o capital segundo Fernandes (2001), expropria muito mais rápido do que recria.

Dando continuidade à discussão, gostaríamos de discorrer adiante sobre o que o projeto Cinturão das Águas do Ceará vem provocando as comunidades enfatizadas nesse artigo. Mas antes, faremos uma apresentação da obra sobre a ótica do estado, a fim de observarmos o que se teoriza em documentos e discursos, e o que experienciam grupos (camponeses, quilombolas, indígenas etc.) atingidos quando tais empreendimentos são implementados e postos em prática. Por fim, destacaremos como, vivenciam as famílias camponesas do Baixio das Palmeiras, do Muquém e dos Oitis.

Os Dois Lados da Moeda: Percepção do Cinturão Sobre a Ótica do Estado e dos Grupos Sociais Invisibilizados/Atingidos

O projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC) foi proposto no ano de 2010 por um representante da construtora VBA Tecnologia e Engenharia S/A, empresa prestadora de serviços na área de recursos hídricos e meio ambiente e responsável pelos estudos técnicos do primeiro trecho da obra, o CAC foi idealizado após planejamento do estado de fazer alterações na estrutura de captação de água do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Sob responsabilidade do Governo Federal em consonância com o Ministério da Integração Nacional, o PISF, assegurará a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de pequenas, médias e grandes cidades da região semiárida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, destinando-se a abastecer as populações urbanas dos 390 municípios do Agreste e do Sertão dos quatro estados citados, de acordo com documento emitido no site da Agência Nacional de Águas (ANA).

Projetada pela Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) e, financiada pelo Governo Federal em parceria com o Governo do Estado do Ceará, o CAC, caracteriza-se como um braço complementar do Projeto Transposição do Rio São Francisco. Esta obra é justificada pelo governo estadual do Ceará, onde, “promete” garantir água as populações que residem nas regiões “mais carentes” desse recurso do estado cearense. Isto se fará através do transporte de

águas por canais, adutoras/sifões ou túneis, para onze macro-bacias hidrográficas do sul e parte ocidental do estado em um sistema adutor com extensão total de 1.300 km, formado por um eixo principal e três ramais secundários, a partir da interligação do eixo norte da Transposição. Além de garantir o suprimento hídrico de uma parcela representativa das populações difusas do meio rural e dos pequenos aglomerados urbanos, também subsidiará cidades interioranas de pequeno a médio porte e de algumas cidades grandes, de acordo com dados oficiais do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do projeto. Segue abaixo imagem da dimensão geral do empreendimento:



IMAGEM 01 – MAPA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ (CAC)

FONTE: Governo do Estado do Ceará; Secretaria dos Recursos Hídricos. Disponível em: <http://atlas.srh.ce.gov.br/arquivos/documentos/Aprenset_Cinturao_das_Aguas.pdf>. Acesso em: 04 de ago. de 2017.

De acordo com o EIA/RIMA, o percurso do primeiro trecho caracteriza-se com traçado de Jati a Cariús (Trecho 01 – Jati–Cariús). Neste, as obras se iniciaram no município (especificamente na barragem) de Jati, e se estenderão interceptando a região do Cariri, desde o ponto de captação na tomada d’água da referida barragem até o seu ponto final no rio Cariús, cruzando o território dos municípios de Jati, Porteiras, Brejo Santo, Abaiara, Missão Velha, Barbalha, Crato, na Bacia do Salgado, além de Nova Olinda, na Bacia do Alto Jaguaribe até se interligar com a segunda parte do megaprojeto. Possuirá um canal com extensão máxima de 145,5 km. É sobre um fragmento desse primeiro percurso que daremos destaque, o qual está atingindo, além das comunidades selecionadas para fins da pesquisa,

outras comunidades tradicionais. Em documento oficial da obra denominou-se esse primeiro trajeto/projeto de Caminho das Águas do Ceará (ver imagem 02).

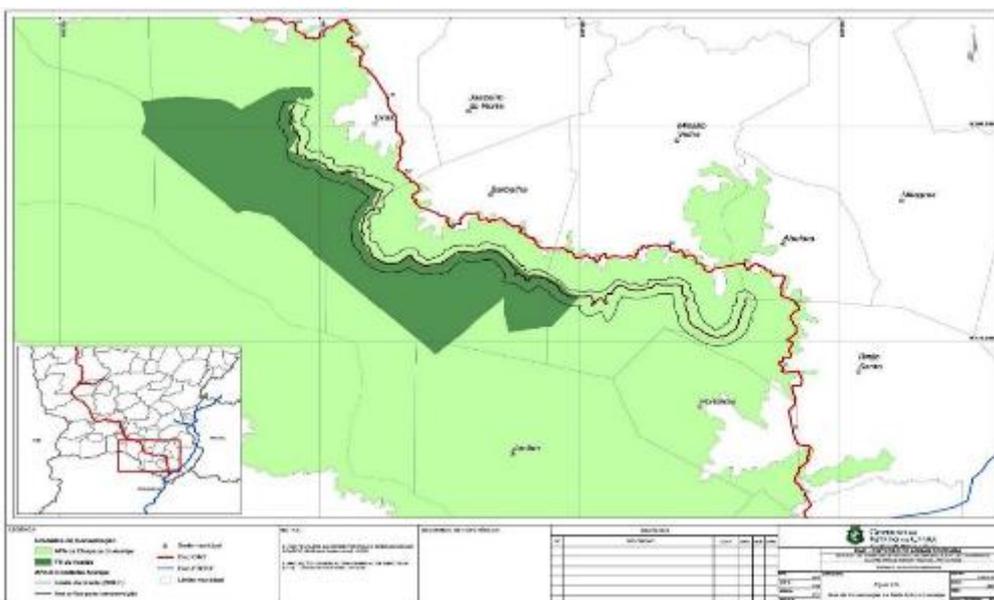


IMAGEM 02 – MAPA DO TRAJETO DO TRECHO 01 (JATI-CARIÚS). CAMINHOS DAS ÁGUAS DO CEARÁ

FONTE: Governo do Estado do Ceará; Secretaria dos Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.semace.ce.gov.br/2012/01/arquivo-02/>. Acesso em: out. 2015.

No que diz respeito a segunda etapa (Trecho 02 – Jati–Jaguaribe/Poti), este encontra-se integralmente incluso na Bacia do Alto Jaguaribe, com derivação para o rio Jaguaribe e para o rio Banabuiú (Ramal 1). O canal percorrerá o território de seis municípios, a saber, Nova Olinda, Antonina do Norte, Aiuaba, Tauá, Crateús e Independência, com uma extensão total de 380 km. A imagem a seguir mostra com mais detalhe o percurso:



IMAGEM 03 – MAPA DO TRAJETO DO TRECHO 02 (CARIÚS-JAGUARIBE/POTI)

Fonte: Governo do Estado do Ceará; Secretaria dos Recursos Hídricos. Disponível em: <http://atlas.srh.ce.gov.br/arquivos/documentos/Aprenset_Cinturao_das_Aguas.pdf>. Acesso em: 04 de ago. de 2017.

Por fim, o trajeto três (Trecho 03 – Jaguaribe/Poti-Acaraú) terá sua rota posicionada predominantemente na Bacia do Poti, partindo deste a segunda derivação (Ramal 2) para o rio Banabuiú. Essa terceira etapa da obra, interceptará praticamente onze municípios (ver imagem 04).

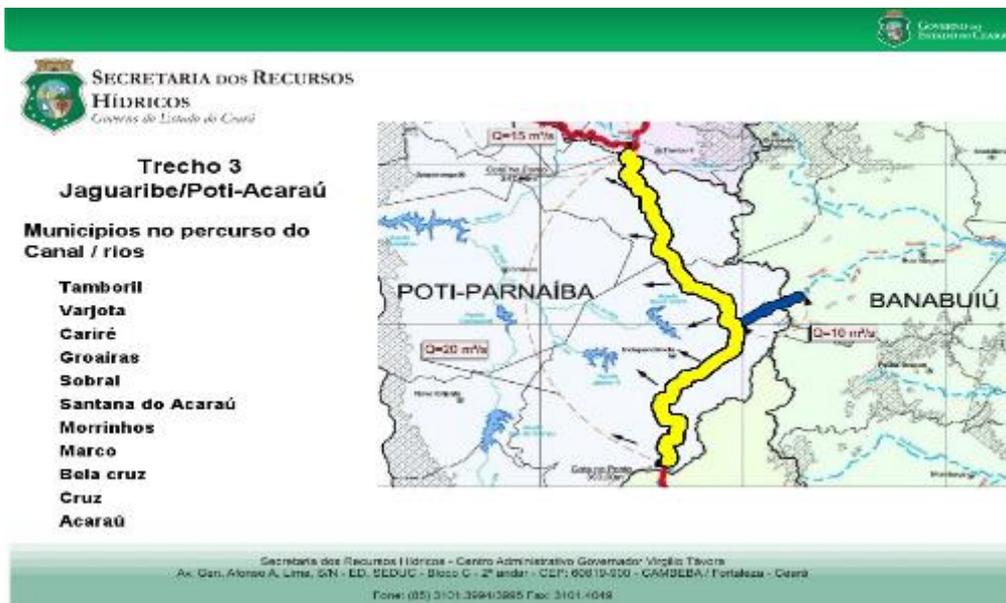


IMAGEM 04 – MAPA DO TRAJETO DO TRECHO 03 (JAGUARIBE/POTI-ACARAÚ)

Fonte: Governo do Estado do Ceará; Secretaria dos Recursos Hídricos. Mapa do Trecho 03 do Projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC). Disponível em:

<http://atlas.srh.ce.gov.br/arquivos/documentos/Aprenset_Cinturao_das_Aguas.pdf>.
Acesso em: 04 de ago. de 2017.

Mediante informações contidas no relatório do projeto (EIA/RIMA), ressalta-se que, as derivações feitas nos dois últimos trechos supracitados para as bacias do Alto Jaguaribe e Banabuiú, admitirão também a acumulação das vazões transpostas do rio São Francisco nos açudes Orós e Banabuiú, não somente no Açude Castanhão, conforme previsto no projeto da Transposição.

Convém ressaltar que o CAC não é um projeto isolado, ele está estritamente ligado com políticas territoriais integradas, como a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que financia à obra. De acordo com Brito (2016, p. 77), “[...] a IIRSA e o PAC são políticas territoriais que apresentam continuidades em pelo menos duas perspectivas, na conciliação da agenda econômica, bem como da atuação sistemática do PAC onde a IIRSA não atua diretamente [...]”.

Um Outro Olhar Sobre o Cinturão: O Que Já Está Sendo Verificado

Destacamos que vários (mega)projetos estão sendo implementados no intuito de integrar física e economicamente os países componentes da parte sul da América Latina para promover o crescimento de suas economias e impulsionar o processo de mais valia e produção globalizada do capital. A exemplo de Nordeste, destacamos: a ferrovia Transnordestina, com seus 1.800 km, planejada para interligar três estados do Nordeste, a saber, Piauí, Pernambuco e Ceará aos principais portos da região: Suape (PE) e Pecém (CE); o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), anteriormente citado, com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte); e o Açude Público Padre Cicero (Castanhão), além do CAC, é claro, com magnitude maior que o projeto da Transposição. Estas constituem as principais obras instaladas no território da referida região do país.

Com base nas informações colocadas, o que queremos expressar mediante as informações e afirmações redigidas é, corroborando com Brito (2016), que compreendamos o CAC como uma complementaridade das grandes obras na América Latina, não o entendendo como um projeto desconexo dos demais, fora de um contexto de maior abrangência que não se atrela ao modo de produção globalizado.

Diga-se de passagem, a previsão para que todas as obras e trechos sejam concluídos é para os próximos quarenta anos. Todavia, dado a magnitude do empreendimento, das crises que o país está passando conexo ao corte de gastos por parte do governo. Bem como, do movimento de resistência e luta gerados por assentados, comunidades, movimentos sociais e demais atingidos em virtude dos impactos provocados pelo CAC, esse prazo pode se estender para um período mais longo. E é nesse último ponto, que gostaríamos de tecer mais considerações.

Neste sentido, Brito (2016, p. 33) argumenta que “[...] o CAC tem provocado sobreposição de conflitos na região do Cariri e que esse, em seu processo de concepção e execução, é resultado do processo de expansão da produção espacial capitalista [...]”. Tais conflitos se verificam em algumas comunidades, onde a obra tem provocado um processo de desterritorialização e impedido o acesso à água de muitas famílias indígenas e camponesas, como se já não bastasse a problemática do acesso à terra que tem que enfrentarem. Acrescido a isto, muitos confrontos foram e estão sendo gerados. Segundo Nobre (2015) o empreendimento que ocasionará a territorialização do capital, fortalecerá também a especulação da terra, comércio e empregos, mesmos que passageiros.

Assim como ocorre com o Projeto da Transposição, “Paralelamente a impactos favoráveis à melhor condição de vida, [...] o Projeto CAC propiciará [...] a repercussão negativa para as comunidades tradicionais, não apenas para sua vida material, mas também para sua cultura [...]”. (LIMA, 2005).

Contextualização das Comunidades Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém e Baixio dos Oitis Sobre o CAC

Dentro desse contexto e do recorte espacial da região do Cariri cearense, destacamos a comunidade Baixio das Palmeiras que vem, atrelada ao Baixio do Muquém e Oitis, entre outras comunidades tradicionais, incentivando e se destacando num movimento de resistência e luta contra as injustiças provocadas pelo CAC e pelo processo de expansão da produção espacial capitalista, intitulado Fórum Popular das Águas do Cariri. Este é composto por camponeses, professores de universidades como, por exemplo, da Universidade Regional do Cariri- URCA, representantes de ONGs, demais órgãos, sindicatos, instituições de ensino e militâncias de movimentos sociais como o MST e o MAB.

Diante do avanço do poder do estado, as comunidades se organizam e se mantêm articuladas, resistentes, e desta resistência foram geradas novas formas de enfrentamento, a exemplo do movimento social anteriormente citado. Bem como, o fortalecimento das Associações Rurais das três comunidades, e realização de atividades correlacionadas com os conflitos provocados pelo CAC na Escola Rosa Ferreira de Macedo.

Ao se organizarem contra as injustiças do atual modelo de desenvolvimento, a causa do movimento camponês ganha destaque e força. O sentido dessa resistência, como nos coloca Fernandes (2001, p. 32), “[...] é lutar para continuarem sendo eles mesmos. Resistem para não se tornarem assalariados, nem capitalistas. Portanto, muitos trabalhadores, conscientes do ‘destino’ lutam contra essa desventura. ” Este é o motivo pelos quais surgem os movimentos de resistência. E no caso das comunidades do Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquem e Baixio dos Oitis não foi diferente, o movimento se fortalece a cada dia, principalmente nesses tempos de golpe e ataques aos direitos sociais e trabalhistas que o país vivencia, uma ditadura camuflada pelo discurso da democracia e da liberdade. “[...] Para os trabalhadores expropriados, que são a maior parte, e vivem na miséria e lutando contra a fome, só lhes resta lutar para mudar esse ‘destino’. É por essa razão que os camponeses se organizam [...]”. (FERNANDES, 2001, p.31).

Diga-se de passagem, um dos fatores que fortalece a luta e resistência camponesa reflete no vínculo que os mesmos mantêm com a Igreja Católica e demais movimentos sociais. Oliveira (1997, p.65) expressa bem o que falamos quando afirma que “O movimento pastoral dessa igreja passou a abrir horizontes, unir desunidos e a construir objetivos comuns”. Nesta perspectiva, a igreja tem atuado bastante nas comunidades descritas através da Associação Cristã de Base (ACB), da Cáritas Diocesana do Crato e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Este último, de acordo com Fontes (2014, p. 160),

[...] também se preocupou em oferecer instrumentos resultantes de pesquisas, que resistiram as lutas e vitórias dos trabalhadores (as). Para isso, em 1985, lançou entre outros, o caderno sobre os Conflitos no Campo que já vai na sua 28ª edição. Com esse trabalho, é a única entidade a realizar tão ampla pesquisa da questão agrária em nível nacional.

É importante mencionar que o conflito nas comunidades do Baixio das Palmeiras está registrado no caderno de conflitos da CPT do ano de 2015, como Conflito pela Água, a partir da data 31/12/2015, abrangendo 64 famílias, sendo o tipo de conflito: Barragens e Açudes. A situação registrada no caderno de conflitos se dá pela ameaça de expropriação.

O Olhar dos Camponeses Sobre o CAC

Tendo em vista a interpretação dos dados coletados em campo, constatamos que, temerosos com o avanço da(s) obra(s), muitos dos camponeses ainda sofrem com angústia e medo de serem desterritorializados, sobretudo, pelas perdas dos bens materiais e imateriais que vão ter. Psicologicamente abalados pelos impactos do projeto, os moradores, afirmaram não acreditar, quando do término das obras do CAC, serem beneficiados. Pois entendem que este virá fragilizar os laços comunitários, destruir a natureza, secar as fontes. Bem como, contribuirá para aumento da especulação imobiliária nas áreas circunvizinhas, potencializará o agronegócio, beneficiando o Porto do Pecém, conforme já podemos verificar em trechos por onde as obras já tiveram início ou/e foram concluídas.

Tendo em vista, os impactos gerados pelo CAC,

[...] notou-se que não somente o patrimônio natural, arqueológico e paleontológico (ainda inexplorados) da região será afetado, como a terra (principal e único meio de sobrevivência), a casa, os pertences, a história dos moradores, toda uma vida passada de experiências, de lutas, de conquistas e glórias, vizinhanças, tradições, além de artefatos símbolos histórico-culturais identitários da comunidade - como a única casa de farinha restante das nove que estiveram ativas no Baixio das Palmeiras até meados da década de 70 - serão “perdidos”. (OLIVEIRA et al, 2016, p. 86-87).

Neste aspecto, o CAC modificará completamente as relações existentes nestas comunidades, de acordo com Nobre (2015, p. 111):

Entre as principais transformações destaca-se o consumo de produtos industrializados. As comunidades que algumas décadas atrás eram autossuficientes não estavam preparadas para entrar na roda do consumismo imposta pela nova fase do capitalismo neoliberal.

Com base no que até agora pudemos diagnosticar, o prognóstico que se faz com relação ao CAC é de que, quando de início das obras nas comunidades Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e Baixio do Oitis, a situação de conflitos internos já existentes nas comunidades (entre aqueles que se colocam a favor dela com aqueles que se posicionam contra), se intensifique.

Por localizarem-se numa área com abundância de recursos hídricos no sopé da Chapada do Araripe, nunca sofreram com a falta de água, no que se referem à necessidade desse recurso nas etapas dos seus processos produtivos, abastecimento e da sua reprodução.

Todavia, acreditamos que está realidade não permanecerá por muito tempo, quando o CAC for concluído. Pois em trechos onde às obras já foram iniciadas, como no caso da Comunidade Barro Branco no município do Crato/CE, as famílias desterritorializadas e

reterritorializadas numa área próxima, as mudanças já se mostram expressivas e negativas com base na deterioração ambiental gerada e na dificuldade de acesso à água.

No que diz respeito às indenizações nas três comunidades pesquisadas, estas, tiveram início no ano de 2013, contatamos que as negociações foram feitas isoladamente entre moradores e construtora, e até o presente momento, não se sabe ao certo o valor das indenizações pagas e os critérios estabelecidos. Bem como, não há clareza de quantas famílias vão ser indenizadas/desapropriadas. Nesse sentido, os moradores afirmam que sabem o número de famílias diretamente e/ ou indiretamente atingidas.

Torna-se relevante destacar que, os moradores que receberam indenização afirmam que, estas foram disponibilizadas às famílias de forma imprópria, injusta e desigual, e com tratamento diferenciado para cada núcleo familiar. Os respectivos valores, segundo eles, não condiziam com o tamanho da propriedade e das benfeitorias presentes na mesma.

Oliveira (1997) explana sobre as lutas contra as indenizações, quando afirma que:

Esta é uma frente de luta dos camponeses com características muito bem definidas. Ela revela o movimento de trabalhadores contra a injusta indenização nos processos de desapropriação. Revela o processo de territorialização de empresas industriais, comerciais e financeiras, que vêm em determinadas áreas a possibilidade de uma agricultura capitalista altamente rentável. Às vezes, chega a revelar mesmo a luta de milhares de camponeses para impedir que as obras aconteçam. (p. 69).

A falta de conhecimento e informação sobre o caso levou famílias a caírem num golpe e à assinarem documento da empresa aceitando o valor desigual dos ressarcimentos. Uma das vítimas foi entrevistada. Esta fazia exatamente oito dias que tinha se transferido para a nova residência com a sua família. Antes a mesma residia na comunidade Baixio dos Oitis, e morava de favor. Na propriedade havia duas casas de pau a pique, uma da família, e outra do seu primogênito. A família, após algumas conversas com os responsáveis pelas indenizações, assinou o documento e recebeu o valor referente às duas casas e as benfeitorias presentes no terreno. Logo após, o filho do casal divorciou-se e voltou a morar com os pais. Então com o valor da indenização eles resolveram construir outra residência, compraram um terreno na comunidade Baixio das Palmeiras e construíram a casa (ver imagem 05). Outrossim, a família teve que arcar com mais custos fora dos valores recebidos das indenizações, para ser concluída a casa.



IMAGEM 05 - CASA DE ALVENARIA CONSTRUÍDA ATRAVÉS DA INDENIZAÇÃO NA COMUNIDADE BAIXIO DAS PALMEIRAS

FONTE: Dos Autores (2017).

Neste sentido, torna-se relevante refletir uma questão: se com o valor de duas propriedades indenizadas e das benfeitorias referentes às plantações e etc., foi difícil comprar o terreno e construir outra casa, tendo que recorrer a recursos externos para concluir isso, como fazer isso só com o valor de uma propriedade?

Essa é só umas das inúmeras questões que permeia o caso, e que colocamos em evidência para se ter mais ou menos uma dimensão da situação que se encontra essa e muitas outras famílias das comunidades. O caso torna-se mais grave ainda quando mencionamos que várias delas não possuem familiares em cidades próximas e a vida inteira mantiveram-se na condição de camponeses, cultivando a terra para o auto sustento da família. Em virtude disto, várias famílias (ainda) resistem fortemente em assinar os documentos para obterem as indenizações.

Informações Adicionais Sobre as Comunidades

Em consonância com as informações colocadas, as famílias afirmam que, não dispõem da posse da terra de trabalho, pelo fato de ainda se manterem na condição de arrendatários, moradores de favor, fato que, os tem privado de uma vida melhor, pois os proprietários da terra as limitam, impondo condições e períodos a serem cumpridos, o tempo de colher ou plantar. Bem como, dificuldade de acesso às políticas públicas, junto com o valor adequado

das indenizações a ser recebidas pelas famílias que serão atingidas diretamente pelo CAC. Fontes (2014, p.105), ao tecer considerações sobre este assunto, argumenta que “O motivo maior da pobreza dos camponeses é a grande quantidade de terra em mãos dos latifundiários. O modelo econômico explora os trabalhadores, que são obrigados a produzir para o mercado externo e não, para alimentar o povo”.

Ademais, a partir dos estudos de campo, pudemos constatar claramente relações de subserviência por parte de alguns camponeses pertencentes às comunidades, a exemplo da Comunidade dos Oitis, onde os residentes moram em casas de pau-a-pique, não podendo construir residências de alvenaria e necessitando da permissão do dono da terra para continuarem morando nas mesmas, tendo como obrigação o pagamento com parte da produção como acordo verbal estabelecido entre o dono da terra e o camponês.

No que se refere à produção, todas as famílias entrevistadas contam que esta é exclusivamente voltada para o autoconsumo, ocorrendo a comercialização do excedente para fins de obtenção de renda extra. Por produzirem sem a utilização de agrotóxicos, os excedentes da produção são sempre bem aceitos e procurados nas feiras agroecológicas existentes no município do Crato-CE. Com a renda obtida por intermédio da comercialização dos produtos, os camponeses podem adquirir o que não é produzido em suas terras como, arroz, carne, roupas, ferramentas e utensílios. Como o trabalho das famílias é de base familiar, a maioria não costuma contratar outras pessoas para ajudarem nas plantações, e as que contratam pagam por meio de diária, o equivalente a 40, 50 reais. Verificamos que as pessoas contratadas são pertencentes às próprias comunidades.

Constatamos que, algumas famílias utilizam sementes fornecidas pelo governo do Estado, sendo através do Programa Hora de Plantar. Contudo, a maioria dos camponeses entrevistados utilizam sementes crioulas para as plantações, oriundas da casa de sementes localizada na comunidade Baixio das Palmeiras. A importância dessa casa recai no sentido de ela, a casa de sementes “[...] prevê a criação de uma organização comunitária que vise possibilitar independência aos pequenos agricultores garantindo uma alimentação mais saudável” (NOBRE, 2015, p. 116).

As culturas plantadas no roçado, são: milho, feijão, fava, banana, seriguela, verduras... E as plantações localizadas no quintal ao redor da casa, fruteiras e plantas medicinais. “[...] As plantas medicinais e as fruteiras no terreiro denunciam processos de coabitação ou coevolução com a natureza, onde os saberes legados de gerações que vivem no

entorno da Chapada do Araripe construíram com os seus modos de vida.” (BRITO, 2016, p. 186).

No que tange a assistência técnica para auxílio na/da produção, os camponeses afirmam que esta é quase inexistente, e que só se faz presente nas comunidades quando é necessária a fiscalização de algum projeto que está sendo desenvolvido por determinada família. Contudo, relata os camponeses, que de várias famílias uma é escolhida para tal verificação. Porém, algumas entidades vinculadas a igreja executam projetos nas comunidades e assim prestam assistência, como a Associação Cristão de Base (ACB) e a Cáritas Diocesana do Crato, com sede na Cúria Diocesana.

Em relação aos subsídios do governo e políticas públicas acessadas pelos camponeses, pode-se dizer que os programas mais informados foram o Bolsa Família, Seguro Safra e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. De acordo com Fernandes (2001, p. 22):

[...] Essas políticas foram criadas em respostas às ações dos trabalhadores sem-terra, mas também são resultados de um novo paradigma da questão agrária, denominada de *agricultura familiar*, que tem como principal referência o papel central do Estado como gestor de projetos para a *integração* dos camponeses ao mercado.

Resultados e Discussões

As comunidades tradicionais aqui estudadas trazem em suas identidades conflitos no sentido de resistir, existir e reexistir. Nessa perspectiva, os camponeses das/nas áreas rurais onde o capital está se territorializando, lutam para não serem excluídos e invisibilizados pelo modelo de modernização instituído para a agricultura brasileira.

Torna-se pertinente afirmar que, o avanço da territorialização do capital, a mecanização e modernização das áreas rurais trouxeram grandes avanços do ponto de vista técnico, produtivo e econômico, principalmente para os detentores de terras, latifúndios e agroindústrias de um modo geral, favorecendo o agronegócio. Disso não temos dúvidas. Entretanto, essa mesma modernização acarretou outras implicações no campo: sobreposição de conflitos, pela dualidade de interesses acerca da posse do território. De um lado, a luta dos camponeses pela sobrevivência e a conciliação de viver harmonicamente com a natureza, de outro, interesses econômicos, ligados ao capital globalizado. E no caso das comunidades do Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém e Baixio dos Oitis, a realidade não se mostra contrária a que argumentamos acima, onde os camponeses, além de enfrentarem o problema

do acesso a terra, passarão, quando do término da obra, a ter dificuldade de acesso à água também, algo que nunca se queixaram, tendo em vista depoimentos dos camponeses, o problema que os aflige, é a falta do acesso à terra de trabalho.

Diante do avanço do poder do estado, observamos o descaso deste para com as três comunidades estudadas e outros grupos tradicionais atingidos que, sendo invisibilizados pela mídia e o atual sistema. Presenciam o posicionamento capitalista do referido agente a favor dos interesses externos das grandes firmas e corporações do agrohidronegócio, em detrimento dos interesses públicos e sociais da classe (camponesa) oprimida.

Neste sentido, nos levando a dizer que, não por falta de provas, o estado revela-se a favor do capital que, territorializando-se no território do espaço agrário por meio de políticas públicas recheadas de ideologias, investimentos e de incentivos fiscais, bem como, através da construção de grandes obras hídricas como, por exemplo, o CAC e de outros tipos, desterritorializa um número grande de camponeses, de grupos quilombolas e indígenas. Dessa maneira, expulsando-os de seus territórios sem se preocupar com o bem-estar mental destes, e com os prejuízos que vão ter.

Mediante estas considerações, alguns questionamentos se fazem importantes e ao mesmo tempo necessárias ao passo que, famílias camponesas estão sendo desapropriadas de suas terras, e sofrendo psicologicamente com as perdas de seus bens materiais e imateriais: será que irá se beneficiar mesmo com tal projeto? Segundo o discurso do Governo Estadual, os beneficiários vivem nas regiões “mais carentes” de água do semiárido nordestino, mas até que ponto essa afirmação é verdadeira? Ou será mais uma das manobras políticas para beneficiar a aristocracia agrária, interesses de políticos, as corporações do agronegócio? Está é uma questão em aberto que fica à mercê de provocação para estudos posteriores.

Num total, 22 famílias foram entrevistadas até agora, correspondendo a 8,8% do número total (250) de moradores das comunidades, todas impactadas mediante os critérios que traçamos de atingidas direta ou indiretamente pela obra, onde priorizamos entrevistar lideranças das três comunidades supracitadas. A partir da aplicação dos questionários, buscamos compreender a relação do camponês com a terra, o seu processo de organização e comercialização da produção, assim como, a sua opinião quanto ao Cinturão das Águas do Ceará.

Em síntese, conforme os dados obtidos e face ao que os moradores estão presenciando e ou irão vivenciar o CAC está gerando mais impactos negativos do que positivos sobre as comunidades pesquisadas. Embora as obras se encontrem temporariamente paradas.

Referências Bibliográficas

- Agência Nacional de Águas. **Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF**. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/pisf.aspx>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.
- BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. **Águas para que(m): grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará**. – 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2016.
- CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva e ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (Coord.) [et. al]. **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com_jdownloads>. Acesso em: 05 de set. de 2017.
- ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. **Modernização excludente**. Fortaleza – Ceará, v. 12, n. 28, p. 95-112, 2013.
- FONTES, Ir. Cleide. **Rastros Agrários: da terra o brotar da cidadania**. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2014.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Pulo: Cortez, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S-A, 2009.
- Governo Eletrônico Brasileiro. **Lei Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação**. Pulicado por Jessica Freitas em 22 de jul. de 2016, última modificação, 31 de jan. de 2017. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/lei12.527-18%20de%20novembro%20de%202011.pdf/view>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.
- LIMA, Luiz Cruz. Além das águas, a discussão no Nordeste do Rio São Francisco. **Departamento de Geografia**, 17, 2005, pag. 94-100.
- MUNIZ, Maria Vieira. A Territorialização do agronegócio cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. (Orgs.). **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

Ministério da Integração Nacional. **Integração do Rio São Francisco.** Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/projeto-sao-francisco/entenda-os-detalhes>>. Acesso em: 24 de ago. de 2017.

NOBRE, Francisco Wilian. **Baixio das Palmeiras:** apontamentos geográficos, culturais e historiográficos. Juazeiro do Norte: BSG, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** 8 Ed, São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Felipe Álamo Matos de., et al. Entre discursos e descasos: reflexões sobre a problemática atual camponesa vivenciada pela comunidade Baixio das Palmeiras pelo projeto CAC no município de Crato/CE. In: QUEIROZ, E. R., et al (Orgs.). **A construção de uma geografia combativa:** entre o movimento estudantil e academia. 1º ed. Crato-CE: Edson Soares Martins, 2016, p. 185-191. Disponível em: <<http://geourca.wixsite.com/eeege2016/livro-digital>>. Acesso em: 11 de ago. de 2017.

SEMACE. **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do CAC.** Publicado em: jan. de 2012. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/2012/01/arquivo-02/>>. Acesso em: out. de 2015.